

ENVOLTURAS CONTEMPORÂNEAS DO ENSINO SUPERIOR: ARRANJOS PERTINENTES AO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Jeniffer Ferreira-Costa ¹, Thais da Silva-Ferreira ², Dante Ogassavara ³

Adriana Machado Saldiba de Lima ⁴ e José Marial Montiel ⁵

Resumo

A estruturação da educação em moldes formais segue as normativas hierárquicas das quais são monitoradas por dispositivos estatais para averiguação do processo de aprendizagem. Sendo que, há a necessidade de analisar os fenômenos emergentes envoltos a educação brasileira, visto os benefícios que a mesma promove ao indivíduo ao longo da vida e a sociedade. Mediante ao exposto, o presente ensaio teve como objetivo abordar acerca da posição da educação superior em relação ao envelhecimento populacional, focando nas oportunidades para a pós-graduação Stricto Sensu. Observam-se mudanças no cenário educacional, cita-se: o aumento de ingressantes e concluintes, este último com a possibilidade de ingressar em programas de pós-graduação, e uma maior procura da modalidade à distância. Portanto, enfatiza a importância das diretrizes educacionais para guiar as ações nestes setores. Além disso, sob enfoque do envelhecimento humano, a pesquisa científica é fundamental no fornecimento de informações importantes para lidar com as demandas emergentes decorrentes desse fenômeno. Concluiu-se que o ensino superior brasileiro se encontra em crescimento e, ao se direcionar ao processo de envelhecer, as atividades realizadas nas diferentes instituições de ensino podem promover subsídios para lidar com os desafios relacionados à pessoa idosa e aos sistemas públicos.

Palavras-chave: Educação; Envelhecimento; Ensino Superior.

CONTEMPORARY INVOLVEMENTS IN HIGHER EDUCATION: ARRANGEMENTS PERTINENT TO AN AGING POPULATION

Abstract

The structuring of education in formal settings follows hierarchical guidelines monitored by state institutions to assess the learning process. There is a need

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: cjf.jeniffer@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: thais.sil.fe@hotmail.com

³ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: ogassavara.d@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Endocrinologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: adriana.lima@saojudas.br

⁵ Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu (USJT). E-mail: montieljm@hotmail.com



to analyze the emerging phenomena within Brazilian education due to the benefits it provides to individuals throughout their lives and society. This essay aims to address the position of higher education in relation to the aging population, with a focus on opportunities for Stricto Sensu postgraduate programs. Changes in the educational landscape are observed, including an increase in enrollments and graduates, with the latter having the possibility to enter postgraduate programs, and a growing interest in distance education. Therefore, the importance of educational guidelines to guide actions in these sectors is emphasized. Furthermore, from the perspective of human aging, scientific research is crucial in providing essential information to address the emerging demands resulting from this phenomenon. It is concluded that Brazilian higher education is experiencing growth and, as it relates to the aging process, activities carried out in different educational institutions can provide support to address the challenges related to the elderly and public systems.

Keywords: Education; Aging; Higher Education.

1. Introdução

O processo de aprendizagem, concretizado sob os moldes da educação formal, segue delimitações estruturais que compõem um sistema hierárquico de progressão, sendo altamente institucionalizado e monitorado por dispositivos estatais para a certificação da aprendizagem (SCHUGURENSKY, 2000). É válido afirmar, de forma geral, que toda modalidade de aprendizagem tem como finalidade a promoção da autonomia individual em diversos contextos, seja em relação à vivência comunitária ou, especificamente, à atuação profissional. Deste modo, indica-se que a continuidade dos estudos é uma prática intimamente relacionada ao desenvolvimento pessoal, atualizando conhecimentos, refinando-os e expandindo perspectivas anteriormente concebidas (DABBAGH; CASTENEDA, 2020).

Ao se atentar para a dinâmica da educação no meio social, identificam-se efeitos benéficos proporcionados à sociedade como um todo, que vão além dos ganhos pontuais gerados pelos maiores níveis de escolaridade. Se adotarmos uma ótica de gestão e planejamento estratégico, o sistema educacional pode servir como recurso para estimular a agricultura, a indústria e o desenvolvimento da nação, dado a riqueza da população como um recurso humano da federação (ANTONOVA; SHMELEVA; KOZULINA, 2020). O investimento na Educação visa a formação de conjunturas sanitárias e assistenciais mais positivas, capacitando a nação a exercer sua cidadania de forma mais ativa e a participar da vida social, fortalecendo gradualmente a sociedade e sendo um recurso renovável (Centro Internacional de Longevidade Brasil — ILC-BR, 2015).

Pode-se constatar que a educação é um dos elementos fundamentais para o funcionamento da sociedade brasileira, impondo ao Estado brasileiro o dever de assegurar o acesso à Educação para a população e promover o



desenvolvimento nacional por meio de investimentos na prática científica e inovação tecnológica (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Atualmente, as instituições de ensino brasileiras devem seguir as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, 1996), garantindo o cumprimento das políticas federais, estaduais e municipais, enquanto primam pela segurança de todos e pela qualidade da educação proporcionada.

Com o intuito de aprimorar a educação nacional, destaca-se que o Plano Nacional de Educação — PNE-2014-2024, aprovado na Lei n.º 13.005/14 de 25 de junho de 2014, estabeleceu metas e estratégias para a Educação nacional durante a década em questão, fazendo apontamentos específicos para a educação em cada nível de escolaridade. No que se refere ao ensino superior, pode-se observar o interesse em ampliar o acesso às instituições de ensino superior, aprimorar a formação dos docentes atuantes e promover ações intersetoriais, visando à inovação tecnológica e à aplicação efetiva do conhecimento na sociedade brasileira.

Ao considerar a função social da educação superior, reconhece-se a necessidade de se manter atento aos fenômenos emergentes no território brasileiro. Nesse sentido, é oportuno salientar o envelhecimento populacional como um fator de grande impacto para a sociedade brasileira, gerando demandas urgentes para os sistemas de saúde, assistência social e segurança pública. Este movimento vem sendo evidenciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (2019) como um fenômeno que apresenta um ritmo acelerado, com projeções populacionais que indicam que a população idosa representará pouco mais de um quarto da nação brasileira em menos de três décadas, conforme suas projeções. Além disso, o Censo demográfico referente ao ano de 2022 (IBGE, 2023) revelou que a população brasileira teve um crescimento aquém do esperado, atingindo apenas cerca da metade do volume previsto.

Reitera-se que a educação é um componente essencial para o funcionamento da sociedade, e, desta maneira, questiona-se quais as possíveis contribuições que a educação em nível superior pode agregar para a sociedade brasileira enfrentar o processo de envelhecimento populacional. Assim, esta obra teve o objetivo de discorrer sobre a posição da educação superior em relação ao envelhecimento populacional, elucidando oportunidades para a pós-graduação Stricto Sensu. Diante dessas delimitações, esta articulação configurou-se como um ensaio.

2. Panorama do ensino superior no Brasil

Para conceber uma perspectiva sobre o estado do ensino superior no território brasileiro é oportuno se atentar aos dados censitários disponibilizados por órgãos estatais. Sob esta proposta, pode-se utilizar os dados captados pelo Censo da Educação Superior referentes ao ano de 2021 (Diretoria de Estatísticas Educacionais/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [DEED/ Inep], 2023) para compreender a dimensão da demanda



tratada, sendo que o volume de novos estudantes na graduação encontra-se retratado na Tabela 1.

Tabela 1. Número de ingressantes de graduação segundo o grau acadêmico, por modalidade de ensino — Brasil — 2021.

| Grau acadêmico | Total | Modalidade de ensino | |
|----------------|------------------|----------------------|------------------|
| | | Presencial | A distância |
| Total | 3.944.897 | 1.467.523 | 2.477.374 |
| Bacharelado | 2.152.519 | 1.157.784 | 994.735 |
| Licenciatura | 606.529 | 138.612 | 467.917 |
| Tecnológico | 1.168.776 | 154.376 | 1.014.400 |
| Não aplicável | 17.073 | 16.751 | 322 |

Fonte: Elaborada pela DEED/ Inep (2023) baseada em dados do Censo da Educação Superior.

Nota: A categoria “não aplicável” corresponde à área básica de ingresso.

A partir dos dados apresentados, a DEED/ Inep (2023) evidencia que em 2021 foi identificado um aumento de 4,8% do número de ingressantes no ensino superior em relação ao ano anterior. Em relação à modalidade de ensino, foi observado o crescimento significativo da modalidade de educação à distância, sendo que os ingressantes nas graduações de tecnológico e licenciatura se encontram majoritariamente na modalidade à distância, assim permitindo que se reflita sobre as motivações e pressupostos dos próprios programas de ensino.

Ainda tratando dos dados censitários disponibilizados (DEED/ Inep, 2023), foram levantados dados referentes ao número de estudantes concluintes de cursos de graduação, estando elucidados na Tabela 2. Comparativamente, estes dados indicam um crescimento de 3,8% no montante de concluintes em relação ao ano anterior, sendo que a conclusão é frequente em instituições públicas, assim podendo inferir que o custo com a educação no setor privado é um encargo para a conclusão do curso dos graduandos.

Tabela 2. Número de concluintes de graduação por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica — Brasil — 2021.

| Organização acadêmica | Total | Categoria administrativa | | | | |
|-----------------------|------------------|--------------------------|----------------|---------------|---------------|------------------|
| | | Pública | | | | Privada |
| | | Total | Federal | Estadual | Municipal | |
| Total | 1.327.188 | 219.342 | 128.771 | 76.244 | 14.327 | 1.107.846 |
| Universidade | 716.323 | 175.641 | 108.077 | 61.744 | 5.820 | 540.682 |
| Centro Universitário | 368.697 | 3.251 | 386 | 125 | 2.740 | 365.446 |
| Faculdade | 223.386 | 21.668 | 1.526 | 14.375 | 5.767 | 201.718 |
| IF e Cefet | 18.782 | 18.782 | 18.782 | n.a. | n.a. | n.a. |

Fonte: Elaborada pela DEED/ Inep (2023) baseada em dados do Censo da Educação Superior.



Dada as crescentes taxas de entrada e conclusão de cursos de graduação, pode-se ter a expectativas de que estes movimentos também sejam observados no que remete aos programas de pós-graduação. Com o intuito de elucidar o cenário da pós-graduação no Brasil, destaca-se a disponibilidade dos dados recentemente disponibilizados e atualizados na Plataforma Sucupira 4.0 pelo Observatório da Pós-Graduação (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], 2023). Dentre os diversos dados referidos, aponta-se que até o mês de setembro de 2023 eram registrados 4638 programas de pós-graduação no território brasileiro, registrando um crescimento de se concentrando principalmente nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. E no que tange às grandes áreas do conhecimento abordadas, observa-se que aproximadamente 62% dos programas de pós-graduação são contextualizados na grande área Multidisciplinar, nas Ciências da Saúde, nas Ciências Humanas ou nas Ciências Sociais Aplicadas, valendo apontar que a grande área Multidisciplinar concentra o maior número de programas.

Para além da descrição dos dados referentes à conjuntura atual da pós-graduação em nível nacional, revê-se as tendências e evoluções em face das metas estabelecidas no Plano Nacional de Pós-Graduação referente ao ano de decênio de 2011 a 2020 — PNPG-2011-2020 (CAPES, 2021). Ao analisar o quantitativo dos cursos disponíveis, pôde-se observar que no decênio em questão o montante de cursos relativos a grande área Multidisciplinar dobrou efetivamente, sendo explicado pela criação da área interdisciplinar. Ademais, foi evidenciado um movimento de interiorização dos programas de pós-graduação no Brasil, distribuindo tais propostas para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Haja visto as taxas de crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, é evidente que este está sendo ampliado em diferentes frentes, no que remete ao volume e distribuição dos programas de pós-graduação em áreas do conhecimento. Atentando-se às peculiaridades do ensino superior no Brasil, destaca-se a importância do Plano Nacional de Pós-Graduação referente ao quinquênio 2024 – 2028 — PNPG-2024-2028 para a sociedade brasileira, cujo desenvolvimento foi designado na Portaria CAPES nº 143 de 24 de julho (2023). Frente ao envelhecimento populacional, tal ordenação de prioridades adquire ainda maior relevância por se voltar a resolução de problemas do meio social e aplicação do conhecimento técnico-científico desenvolvido, assim há de se compreender mais profundamente as demandas e oportunidades apresentadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação para que estas sejam satisfeitas e aproveitadas da melhor forma possível.

Faz-se relevante chamar a atenção para a necessidade de órgãos importantes como o INEP juntamente com o MEC nos Censos sobre a educação considerem demandas provenientes do acesso e inserção de pessoas idosas no ensino superior. Segundo a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP, 2021) segundo os dados do Censo de 2019 sobre a Educação Superior, aproximadamente 27 mil idosos estavam matriculados em cursos universitários. Chama-se a atenção de tal parâmetro traz a demanda também de novas adaptações tanto ao contexto de graduação, quanto para a possível e continua



entrada de pessoas com idade igual ou acima de 60 anos em cursos de pós-graduação como o *Stricto Sensu*.

3. Interfaces da pós-graduação com o envelhecimento populacional brasileiro

Para além da especialização em determinado campo de atuação, destacam-se as formações em níveis de mestrado e doutorado como refinamentos de caráter formativo posteriores à graduação básica. No estado atual da pós-graduação no Brasil, observa-se a disponibilidade de cursos acadêmicos e profissionais em ambos os níveis, sendo que o mestrado é frequentemente direcionado à formação profissional, enquanto o doutorado se propõe à práxis científica por meio de pesquisa rigorosa (CAPES, 2021). As modalidades acadêmica e profissional divergem em suas prerrogativas, uma vez que os cursos acadêmicos se voltam para a formação de profissionais principalmente voltados ao ensino e pesquisa, enquanto a modalidade profissional é mais direcionada à preparação de profissionais de alta qualificação para o mercado de trabalho em geral (Portaria MEC nº 389, 2017).

Com a finalidade de detalhar as implicações do envelhecimento populacional brasileiro, elucidando possibilidades de assistência e intervenção para o Sistema Nacional de Pós-Graduação, é válido mencionar a tendência da população idosa em apresentar declínios no desempenho físico, expressados em uma menor capacidade funcional, induzidos por alterações estruturais e fisiológicas inerentes ao processo natural de envelhecimento (ROSA; CAMARGO, 2014). Também se indica a possível ocorrência de fenômenos de ordem psicológica relacionados ao envelhecimento, como mudanças no funcionamento neurológico que facilitam o declínio das funções cognitivas e a vivência de estados afetivos negativos, culminando em conjunturas favoráveis ao desenvolvimento de quadros psiquiátricos (BRITES et al., 2023).

São evidenciadas tendências que afetam o âmbito social no qual os indivíduos idosos se encontram, como o risco agravado de que se estabeleçam quadros de vulnerabilidade em relação à pessoa idosa, que tende a apresentar redes de suporte menos volumosas ao longo do tempo (RABELO; NERI, 2014). Nesse contexto, aponta-se a participação de atribuições de significado pejorativas presentes na cultura coletiva dos grupos sociais, colocando a população idosa sob o risco de ser vitimizada pelo idadismo, discriminando sua existência e privando esse grupo etário de seu direito à vida social (FERREIRA-COSTA et al., 2023). Além disso, as implicações dessa exclusão social podem ser observadas na criação de conhecimento e inovação tecnológica, uma vez que os grupos amostrais frequentemente considerados em investigações científicas não são representativos da população idosa, sujeitando os produtos técnicos desenvolvidos a apresentarem piores desempenhos quando se trata desse público (KIM et al., 2021).

Ao contemplar alguns dos fenômenos relacionados ao envelhecimento, retoma-se a reflexão sobre as demandas para o Sistema Nacional de Pós-



Graduação. É oportuno considerar que a pesquisa científica pode fornecer uma vasta gama de informações sobre a epidemiologia dos fatores de risco para o comprometimento da integridade da população idosa no contexto brasileiro, uma vez que já são conhecidas algumas associações entre o estilo de vida dos indivíduos idosos e seu estado de saúde (IKEGAMI et al., 2020). Com vistas à promoção da saúde, indica-se a importância da transmissão de conhecimento sobre questões de saúde e a instrução sobre condições médicas comuns por meio de programas educativos, favorecendo a autonomia da população idosa na regulação de sua saúde e empoderando esse grupo etário por meio do letramento funcional em saúde (OGASSAVARA et al., 2023).

Desde os primeiros momentos da vida, os contextos de aprendizagem são ambientes associados ao processo de socialização, permitindo o direito à convivência e à participação social. Durante a velhice, essa compreensão permanece válida, configurando-se como uma alternativa para os idosos participarem de grupos de convivência, beneficiando assim sua qualidade de vida (MARTINS et al., 2019). Além dos programas de pós-graduação, as instituições de ensino superior são incentivadas a manter propostas de Universidades Abertas à Terceira Idade em funcionamento, visando ao enriquecimento da vida dos cidadãos idosos por meio da educação não formal e do envelhecimento ativo, conforme disposto pela Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, 1994).

Frente à situação da população idosa no território brasileiro, considera-se o papel do ensino superior e, especificamente, da pós-graduação na garantia dos direitos das pessoas idosas, embasando as propostas voltadas para esse público com contribuições de rigor técnico e disseminando conhecimentos relativos a esse processo natural, com foco na superação dos estigmas presentes nas representações sociais sobre a pessoa idosa. Além disso, considera-se que as instituições de ensino superior podem proporcionar oportunidades para a integração desse grupo etário no meio universitário e acadêmico, enquanto oferecem oportunidades para a convivência social desse público.

4. Considerações finais

O ensino superior brasileiro encontra-se em expansão, assim como o Sistema Nacional de Pós-Graduação especificamente. Observou-se que o ensino superior foi ampliado para o interior do país, com mais programas de pós-graduação sendo ofertados ao longo do país, aumentando a abrangência das medidas diretrizes das instituições estatais que podem dispor estratégias em nível nacional. A partir desse movimento, destaca-se a importância de mão de obra altamente qualificada ser distribuída pelo território brasileiro para atender as demandas regionais, propondo resoluções para as problemáticas enfrentadas.

Ao confrontar o ritmo acelerado do envelhecimento populacional evidenciado no Brasil, aponta-se a urgência do fenômeno em questão ser abordado. Nesse contexto, as contribuições mais evidentes do Sistema Nacional de Pós-Graduação para a amenização dos impactos à população idosa e aos



sistemas públicos é a capacitação e educação em saúde voltada para a promoção do autocuidado individual, favorecendo a atuação autônoma e independente da população idosa em atividades cotidianas. Entretanto, a prerrogativa mais significativa está no subsídio de informações relevantes e atualizadas para a implementação de estratégias de forma adaptada e coerente com a realidade tratada, enaltecendo a pesquisa científica para o meio social como uma prática essencial para o funcionamento da sociedade como um todo. Há de se salientar que os diversos programas de pós-graduação podem disponibilizar programas educativos voltados à população idosa como uma prática que ultrapassa o campo da assistência social, ao proporcionar oportunidades de participação social e prestar suporte a pessoas idosas por meio da instrução sobre diferentes temas.

Ressalta-se a necessidade de desenvolver cursos de alto nível de qualificação voltados ao processo de envelhecimento humano e suas implicações interdisciplinares, tendo em vista a elaboração de novos paradigmas acerca do envelhecer diante do avanço tecnológico, dinamismo das relações sociais e a intensa desigualdade social. Além disso, considera-se que essa iniciativa e posicionamento devem partir sobretudo do Estado brasileiro, uma vez que a garantia da seguridade social é um dever intransferível, e o sistema educacional é um dos pilares centrais do desenvolvimento nacional, sendo intrinsecamente relacionado à segurança e à saúde pública.

REFERÊNCIAS

ANUP, Associação Nacional das Universidades Particulares. **Número de idosos em universidades subiu quase 50% entre 2015 e 2019 no Brasil.** 13 de outubro de 2021. Disponível em: <https://anup.org.br/noticias/numero-de-idosos-em-universidades-subiu-quase-50-entre-2015-e-2019-no-brasil/#:~:text=Um%20sonho%20j%C3%A1%20ao%20alcance,tenha%20crecido%20com%20a%20pandemia> Acesso em: 29 ago. 2023.

ANTONOVA, N. V.; SHMELEVA, Zh N.; KOZULINA, N. S. Lifelong learning as the way of modern personality development in Russia on the example of higher educational institution of technical and natural-scientific profile. In: **Journal of Physics: Conference Series. IOP Publishing**, v. 1691, n. 1, p. 1-8, 2020.

BRASIL, Senado Federal do. **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso.** Brasília, Diário Oficial da União, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE-2014-2024.** Brasília, DF: Diário Oficial União, 2014.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRITES, Cintia Gonçalves de Mesquita et al. Transtorno Afetivo Bipolar: Desenvolvimento tardio e aspectos de vulnerabilidade na velhice.

Perspectivas en Psicología, v. 20, n. 1, p. 195-206, 2023.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Evolução do SNPG no Decênio do PNPG 2011-2020. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Portaria nº 143. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Observatório da pós-graduação, 2023. Disponível em: <https://sucupira-beta.capes.gov.br/sucupira4/>. Acesso em: 01 set. 2023.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL. **Envelhecimento Ativo:**

Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade. Centro Internacional de Longevidade Brasil, 2015.

DABBAGH, Nada; CASTANEDA, Linda. The PLE as a framework for developing agency in lifelong learning. **Educational Technology Research and Development**, v. 68, p. 3041-3055, 2020.

DEED/Inep, Diretoria de Estatísticas Educacionais / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (DEED/Inep). **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2021.** INEP, 2023.

FERREIRA-COSTA, Jeniffer; SILVA-FERREIRA, Thais; OGASSAVARA, Dante; FUGA DA SILVA, Daiane; BARTHOLOMEU, Daniel; MONTIEL, José Maria.

Promoção de qualidade de vida na pessoa idosa: representações e adjetivações subjetivas. **Psi Unisc**, v. 7, n. 2, p. 249-257, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v7i2.18324>. Acesso em: 26 ago. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Projeções da população por sexo e idades, 2019.** Disponível em:



<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 08 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Crescimento Populacional**, 2019. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=heme&utm_campaign=portal. Acesso em: 10 ago. 2023.

IKEGAMI, Érica Midori et al. Functional capacity and physical performance of community-dwelling elderly: a longitudinal study. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1083-1090, 2020.

KIM, Eugenia et al. Age bias in emotion detection: An analysis of facial emotion recognition performance on young, middle-aged, and older adults. In: **Proceedings of the 2021 AAAI/ACM Conference on AI, Ethics, and Society**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3461702.3462609>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MARTINS, Nidia Farias Fernandes et al. Letramento funcional em saúde de pessoas idosas em uma unidade de saúde da família. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.19175/recom.v9i0.2937>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MEC, Ministério da Educação. **Portaria nº 389**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

OGASSAVARA, Dante; SILVA-FERREIRA Thais da; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; BARTHOLOMEU, Daniel; TERTULIANO, Ivan Wallan; MONTIEL, José Maria. Contextos geradores de aprendizagem e envelhecimento: benefícios para pessoas idosas. **Revista Triângulo**, v. 16, n. 1, p. 299-314, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/rt.v16i1.6455>. Acesso em: 23 ago. 2023.

RABELO, Dóris Firmino; NERI, Anita Liberalesso. A complexidade emocional dos relacionamentos intergeracionais e a saúde mental dos idosos. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 138-153, 2014.

ROSA, Gabriela Rotello; CAMARGO, Eliana Anunciato Franco. Polimedicação em idosos. **Interciência & Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 72-8, 2014.

SCHUGURENSKY, Daniel. **The forms of informal learning: Towards a conceptualization of the field**. WALL Working Paper, n. 19, 2000.

Recebido em: 20 de outubro de 2023.
Aceito em: 27 de dezembro de 2023.
Publicado em: 03 de janeiro de 2024.

